

ATA 09

1
2
3 Ao primeiro dia, do mês de Julho, do ano de dois mil e dezenove, às 14h, na
4 sede do SEBRAE, com endereço à Rua Lauro Cunha Fortes, 450, Uvaranas,
5 reuniram-se para a reunião ordinária do Conselho de Desenvolvimento
6 Econômico de Ponta Grossa – CDEPG, os conselheiros: Wilson Souza de
7 Oliveira, Leonardo Puppi Bernardi, Priscilla Garbelini Jaronski, Florisvaldo
8 Hudinik, Edilson Gorte, José Loureiro, Marlon Farias, José Vanilson Cordeiro,
9 Ciro Macedo Ribas Jr, Claudio Grokoviski, Paulo Barros, Eldo Berger, Miguel
10 Sanches Neto, Adilson Dusi Strack, Douglas Taques Fonseca, Indianara
11 Milléo, Darcy Miara Junior, Antonio Augusto P. Xavier, Jussara Bittencourt,
12 Edgar Hampf, Marcelo Rangel de Oliveira, Joel Franzim Junior, Celso Augusto
13 Sant’anna. E os convidados: Roberto Pellissari, Amir Viason, Jeanne Cristine
14 Schmidt, Ivo Mottin Demiate e Hudson da Cunha Zanoni.

15
16 Dando início à reunião plenária, o Presidente Wilson deu as boas-vindas aos
17 conselheiros e convidados, e passou a palavra ao secretário Leonardo. Foi lida
18 a ata da reunião plenária do dia 10/06/2019, e colocado para a aprovação, e
19 foi aprovada pelos conselheiros.

20 A ordem da pauta foi alterada para que a apresentação do projeto da rua
21 Coronel Claudio contemplando via de acesso por transporte coletivo fosse
22 apresentada antes pelo Secretário da Autarquia Municipal de trânsito Sr.
23 Roberto Pellissari apresentasse. Durante a apresentação, foram apontadas as
24 seguintes vantagens nessa solução: Redução da distância diária percorrida
25 pelos coletivos de 518km, aumento da segurança durante a noite, pois veículos
26 de segurança percorreriam aleatoriamente, possível incremento das vendas
27 pelos comerciantes dessa rua, já que um número maior de pessoas transitaria
28 por ali. E redução drástica de coletivos na Av. Vicente Machado e Av. Balduino,
29 que hoje beira o caos. O Sr. Pellissari ainda informa que a redução da distância
30 percorrida poderia impactar favoravelmente na tarifa do transporte público,
31 pois haveria uma economia mensal de Cento e dez mil Reais no custo da
32 concessionária. O Sr. Pellissari ainda apresentou as alterações acessórias nas
33 linhas, como pequenas reformas de outras ruas para receberem o tráfego dos
34 veículos. O Sr. Loureiro, secretário Municipal e presidente do sindilojas,
35 informou que a passagem de viaturas policiais pelo calçadão poderia atender
36 uma demanda do comércio local, que sofreu recentemente uma série de furtos
37 com quebra de vitrines. Após apresentação do vídeo simulando o percurso
38 pelo novo trajeto, e imagens de como ficaria a revitalização do entorno, a
39 assunto foi colocado para deliberação deste conselho. Todos os conselheiros
40 votaram pela aprovação do novo projeto, por unanimidade.

41 A ordem da pauta foi alterada novamente, para que a apresentação sobre o
42 projeto de implantação de um CEASA em Ponta Grossa fosse apresentada
43 antes das demais. A apresentação foi conduzida pelo Conselheiro Sr. Joel
44 Franzim, em nome da Secretaria de Agricultura. Foi apresentado um formato
45 do prédio que abrigaria o CEASA, bem como uma análise de viabilidade sobre
46 essa implantação. O investimento seria da ordem de R\$15.000.000,00 e
47 poderia ser feito o investimento pelo poder público, iniciativa privada, ou uma

48 parceria pública-privada. A explanação do que seria o CEASA é de que seria
49 um centro de abastecimento modelo para os outros a serem implantados, pois
50 teria um formato moderno, com aplicativos digitais para gestão, e comparado
51 a órgãos de países europeus. O assunto CEASA foi apresentado a este
52 conselho nesta data, com finalidade de ganhar força e os conselheiros
53 pudessem propor ações no sentido de auxiliar a concretização, conforme o
54 conselheiro e secretário municipal Sr. Ivonei. O prefeito informou ainda que o
55 governador está imbuído de concretizar esse investimento em Ponta Grossa.
56 A taxa interna de retorno para esse investimento foi estimado em 9,6% a.a., ou
57 seja, viável nas atuais condições econômicas do Brasil. Os conselheiros
58 aprovaram o projeto CEASA e o Sr. Wilson propôs de que esse assunto seja
59 apoiado pelo conselho a fim de que as lideranças políticas possam conduzir as
60 próximas etapas e o Secretário e Conselheiro Ivonei ficará responsável por
61 manter esse conselho informado. Todos os conselheiros apoiaram por
62 unanimidade.

63 Adentramos no próximo assunto da pauta, sobre a tributação sobre o uso do
64 subsolo – projeto de lei 479/2017, via presidente Wilson. Ele fez uma
65 explicação breve sobre o projeto, e passou ao prefeito para desse sua
66 explicação sobre o assunto. O prefeito informou que há uma sondagem para
67 implantação de uma grande indústria em Ponta Grossa, mas que fora assinado
68 um contrato de confidencialidade por ele e por outros secretários municipais.
69 Portanto não poderia dar maiores informações. Mas frisou que o investimento
70 seria o maior, e demandaria energia elétrica, gás, água, entre outros. Informou
71 ainda que Ponta Grossa possui o maior valor de alvará de uso do subsolo para
72 uso do subsolo, no valor de R\$81,11/metro linear. Semana passada fora
73 aprovado na câmara Municipal um projeto de lei reduzindo esse valor para
74 R\$8,11/metro linear. O secretário municipal e conselheiro Sr. Claudio, informou
75 que outras cidades do Paraná possuem essa taxa fixada em R\$0,99/metro
76 linear. O presidente Wilson frisou que A Compagás não é mais atraída a fazer
77 investimentos na infraestrutura de Ponta Grossa, visto que os custos foram
78 inviabilizados justamente por esse alto custo. O prefeito pediu apoio do
79 Conselho no sentido de Vetar o projeto aprovado na câmara, reduzindo a taxa,
80 e apresentar outro projeto de lei propondo uma taxa compatível com outras
81 cidades similares do Paraná. O sr. Wilson informou que Ponta Grossa já é
82 atendida pela COMPAGAS, mas que o potencial de investimento na malha
83 urbana da cidade é muito grande, reduzindo o preço do gás em
84 aproximadamente 30% para o usuário atendido pela rede encanada. E esse
85 custo de alvará poderá afastar o investimento industrial na cidade, inclusive
86 desse grande investimento que está sendo confidencialmente tratado. O
87 prefeito então pediu o apoio ou aconselhamento deste conselho para conduzir
88 esse assunto. O reitor Miguel pediu maiores informações antes de manifestar-
89 se. O prefeito então informou que o mero apoio deste conselho pela adequação
90 da taxa subsidiaria o veto pela redução proposta pela câmara. A Conselheira
91 Dra. Priscilla fez um breve resumo do trâmite legislativo, e estimou que a
92 arrecadação pelo alvará seria pequeno se comparado a arrecadação perdida
93 pela simples implantação de novas indústrias. Então o presidente Wilson

94 propôs deste conselho apoiar o realinhamento das tarifas às praticadas no
95 Paraná, e foi apoiado por todos os conselheiros.
96 O presidente Wilson solicitou a este conselho a viabilização de uma estrutura
97 de apoio às atividades deste conselho. Esta estrutura consistiria na
98 contratação de dois profissionais, sendo um secretário executivo para apoiar
99 reuniões das câmaras técnicas, redigir atas e organizar a documentação do
100 CDEPG. O outro profissional seria um estagiário para auxiliar o secretário. O
101 Sr. Wilson informou como isso funciona em Maringá, que possui um quadro
102 funcional grande para auxiliar as decisões. Em Maringá o Conselho escolhe os
103 profissionais e a prefeitura contrata os profissionais. O Prefeito Marcelo
104 informou que poderia auxiliar, mas que o salário máximo poderia ser
105 aproximadamente R\$2.100,00. Propôs ainda de enviar essa demanda à
106 Câmara Municipal. O presidente Wilson alertou que as atividades deste
107 conselho e suas câmaras está se avolumando, e que realmente ficará
108 insustentável sem essa estrutura mínima. O Prefeito pediu para que constasse
109 nessa ata a demanda por um secretário(a) executivo e um secretário(a), e
110 enviássemos à Câmara para que fossem criados esses cargos. Assim foi feito
111 após a concordância dos conselheiros deste Conselho. O Secretário Claudio
112 representando a prefeitura ficou de verificar uma forma junto à prefeitura
113 também, a fim de viabilizar essa demanda.

114 O último assunto da pauta trata-se da criação da Câmara Técnica Temporária
115 de Saneamento Básico. Eu pedi ao secretário municipal e conselheiro Paulo
116 Barros para que propusesse uma composição de entidades e pessoas para
117 compô-la para elaboração do novo contrato com a SANEPAR. Secretaria de
118 Meio Ambiente, Comitê da Bacia do Rio Tibagi, Sanepar, UEPG, IPLAN,
119 ACIPG, FIEP e Sociedade Rural. Convidada Jeanne, da Sanepar, informou
120 que a SANEPAR contratou projeto de nova captação de água no rio Tibagi, a
121 fim de ampliar a produção de água e dar maior segurança ao sistema de
122 abastecimento de água de Ponta Grossa. Licenças ambientais prévia e de
123 implantação já estavam concedidas. O prefeito informou que o contrato
124 encerrar-se-ia em 2026, e a criação e início das atividades desta câmara
125 técnica precisam iniciar a fim de antecipar essa renovação e viabilizar esse
126 investimento, a fim de evitar o colapso no abastecimento, e que novos
127 investimentos imobiliários e industriais fossem viabilizados em Ponta Grossa.
128 Prefeito informou ainda que ele tentou renovar o contrato no último ano,
129 contando para isso com aporte de R\$20.000.000,00 para ele aplicar em
130 parques urbanos. Neste momento não é mais possível esse tipo de negociação
131 pela SANEPAR. Então fica criada a câmara e nos próximos dias os
132 representantes destas instituições serão indicados para o Conselho de
133 Desenvolvimento.

134

135 Outros assuntos: Sr. Wilson propôs alteração do horário das próximas reuniões
136 plenárias para as 16h00 nas datas do cronograma, que foi aprovado pelos
137 demais. Wilson propôs também pela manutenção da Câmara Técnica
138 Temporária do Plano Diretor até o final do processo legislativo de aprovação
139 das respectivas leis. Ciro informou que o contrato junto à Urbtec foi aditivado
140 em prazo, e que qualquer alteração no novo plano diretor terá que ser feito via

141 audiência pública. O Prefeito Marcelo propôs enviar a proposta à câmara como
142 um “plano mãe”, e deixar as alterações pontuais para depois. Informou ainda
143 que sobraram muito poucos pontos divergentes entre o apresentado e o anseio
144 público. Ficou definido pelos conselheiros de aguardar o posicionamento da
145 Urbtec com relação aos pontos a serem alterados pela Câmara Técnica e
146 aprovados por esse conselho para serem revistos. Só então decidiríamos
147 sobre os próximos passos a serem dados.

148

149

150 Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a assembleia às 16h30
151 minutos, e eu, Leonardo Puppi Bernardi, encerrei a presente ata.

152

153 Anexos

Lista de Presença

Leonardo P. Bernardi	ACIPG	Bernardi
Priscilla Gatzlini Jaronki	Sindicatos da Indústria	Jaronki
Edilson Gorte	ORGG	Gorte
Jose Loureni	SICOP	Loureni
CIRO MACEDO RIBAS JR	IPLAN	Ribas Jr
CLAUDIO BROKOVSKI	FAZENDA	Brokovski
PAULO BARROS	SmmA	Barros
SOGAR HAMFF	SSTOR	Hamff
DARCY MIAIM JUNIOR	FIEP	Miaim Jr
Marlon R. Farias	SEBRAE	Farias
ADILSON DUSI STRACK	SMICOP	Strack
Ania Hanson	EXT. PRIMEIROS CANTOS	Hanson
* José Vanilson Lordeiro	SIND. COMERCIAIS	Lordeiro
Roberto Polissini	AMTA	Polissini
Marcelo Rangel	Prefeitos	Rangel
Wilson Dhyeyra	CREPEG	Dhyeyra
Florisvaldo Hudsonill	ACIPG	Hudsonill
Jel Trauzim Junior	Sebrae	Trauzim Jr
ROUGAS ROSEGT REBIPG		Rebipg
Jeanne Cistine Schmidt	SANEPAR	Schmidt
ANTONIO AUGUSTO DE PAULA XAVIER	UTFPR	Xavier
Judicouza Pustis Mottan M. de	ACIPG	Mottan
HUDSON DA C. ZANONI	ACIPG	Zanoni
Jussara S. Bittencourt	Sind Rural	Bittencourt

Miguel Sanchez Neto — igl UEPG
IVO MOTTIN DE MOURA → UEPG (Complexo)
CELSO AUGUSTO SANT'ANNA — SMIP / PMAG
ELDO LAURO BERGER - PMPG - SMAPA - 